

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

Processo CPA nº 2026/00002900

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 (quarenta mil) doses de vacina tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outros órgãos, Estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas contra a gripe (influenza) para a campanha de vacinação de 2026 de Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outros órgãos, Estagiários e funcionários terceirizados, que prestam serviços nas comarcas da Capital, Grande São Paulo e Interior do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A aplicação da vacina tetravalente contra o vírus da influenza no Brasil em 2026 traz diversas vantagens, especialmente considerando o cenário epidemiológico e os benefícios de saúde pública, descritos de forma detalhada no item 12 deste Estudo Técnico Preliminar. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não possui equipe técnica própria (enfermeiros) suficiente para administração da vacina.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A contratação de empresa especializada em fornecimento e aplicação de vacinas contra a gripe, na quantidade estimada de 40.000 (quarenta mil) doses, para a campanha de vacinação de 2026, de Magistrados, Servidores, Funcionários cedidos de outros órgãos, Estagiários e funcionários terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e Interior do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, está inserida na POS 2026, com os respectivos números no Plano de Contratação Anual (PCA):

PCA-ID:

- **291** (Aquisição de vacinas para gripe para atender ao programa de vacinação anual dos Magistrados, Servidores, Estagiários e Terceirizados do Tribunal de Justiça Estado de São Paulo); e

- **292** (Serviço de aplicação de vacinas contra gripe conforme os diretrizes do Ministério da Saúde).

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

Visando dar atendimento ao determinado pela Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que consiste na Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, o objetivo da presente contratação é zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário.

O planejamento estratégico relacionado à imunização dos Magistrados, Servidores, Estagiários e Terceirizados, está relacionado ao 3º ciclo do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, compreendendo o período de 2021 a 2026, em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 325, de junho de 2020, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica, no âmbito do Poder Judiciário.

Tem como missão prestar atendimento preventivo, garantindo um serviço de excelência aos servidores do Tribunal de Justiça, promovendo a saúde e o bem-estar de forma integral e humanizada. Continuamente, a Diretoria da Saúde busca oferecer serviços de alta qualidade, melhorando os processos e a satisfação dos nossos clientes, contribuindo para a qualidade de vida e o desempenho profissional dos Magistrados, Servidores, Estagiários e Terceirizados que prestam serviços na Instituição.

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2724/2023)

Não há catálogo eletrônico de padronização disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

São requisitos da contratação:

6.1. Para o fornecimento das doses de vacina:

6.1.1. A Contratada deverá fornecer 24.000 (vinte e quatro mil doses de vacina da gripe (influenza) tetravalente.

6.1.2. Poderá haver um excedente de até 16.000 (dezesesseis mil doses, a depender da procura pela vacina, perfazendo um total de até 40.000 doses. A empresa deverá estar preparada para eventual fornecimento excedente.

6.1.3. As vacinas deverão ter documento que comprove a origem do imunobiológico junto ao fabricante.

6.1.4. A Contratada deverá garantir a manutenção da Cadeia de Frio, armazenamento, acondicionamento e transporte das vacinas para assegurar a sua eficácia.

6.2. Para a aplicação das vacinas:

6.2.1. A Contratada deverá aplicar 24.000 (vinte e quatro mil) doses de vacina da gripe (influenza) tetravalente com equipe própria de profissionais de enfermagem, técnicos de enfermagem e enfermeiros, devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo (COREN), nos prédios relacionados no Anexo I-B do Termo de Referência.

6.2.2. Poderá haver um excedente de até 16.000 (dezesesseis mil) aplicações, a depender da procura pela vacina, perfazendo um total de até 40.000 aplicações. A empresa deverá estar preparada para eventual aplicação excedente.

6.2.3. Os profissionais apresentados pela empresa, deverão ser dotados de meios de comunicação efetivos com a gerência operacional da empresa, tais como celulares.

6.2.4. As equipes deverão ser compostas por, pelo menos, dois profissionais de enfermagem para campanha em cada Comarca/Prédio, sendo obrigatoriamente 01 (um) enfermeiro, independentemente do número de interessados, devidamente atualizados com os protocolos e diretrizes vigentes em relação às vacinas, incluindo recomendações de vacinação para diferentes grupos populacionais e atualizações sobre novas vacinas ou mudanças nas práticas de imunização.

6.2.5. A contratada deverá fornecer todos os insumos necessários à aplicação estimada de 24 mil doses de vacina tetravalente da gripe (influenza), tais como: 24 mil seringas e agulhas (se a vacina não for em monodose já em seringa única e agulha), Luvas Descartáveis, 24 mil Swabs de álcool (lenço umedecido com álcool isopropílico a 70% para assepsia da pele), 24 mil curativos tipo Blood Stop (curativo adesivo projetado para estancar sangramentos rapidamente), caixas para descarte de material perfurocortante, álcool gel e insumos adequados para a Coleta de Lixo Comum e Contaminante, bem como a entrega de comprovante vacinal individual contendo: vacina influenza tetravalente, nº do lote e validade da vacina, nome e assinatura do aplicador. Na necessidade de ampliação a contratada deve ser capaz de fornecer todos os insumos necessários para um excedente de até 16.000 (dezesesseis mil) doses, totalizando no máximo, 40.000 vacinas e gestos vacinais.

6.2.6. A Contratada deverá armazenar, acondicionar e transportar as vacinas em veículo próprio, cadastrado na Vigilância Sanitária, e em caixas térmicas em temperatura adequada (+2 a +8°C), até o momento da efetiva aplicação, procedendo ao monitoramento da temperatura por meio de registros em impressos. Todas as embalagens deverão proporcionar a devida proteção durante o transporte e a estocagem, garantindo a integridade do imunobiológico e a manutenção da Cadeia de Frio.

6.2.7. A Contratada deverá garantir que a equipe de vacinação esteja atualizada com os protocolos e diretrizes vigentes em relação às vacinas, incluindo recomendações de vacinação para diferentes grupos populacionais e atualizações sobre novas vacinas ou mudanças nas práticas de imunização.

6.2.8. A empresa deverá apresentar a nota fiscal das vacinas à equipe técnica do quadro do Tribunal de Justiça de São Paulo, e manter todos os profissionais contratados para aplicação com cópia desta.

6.2.9. A Contratada deverá possuir, autorização da Vigilância Sanitária para aplicação de vacinação extramuros, que atenda as diretrizes para o funcionamento de Serviços de Saúde com atividades de vacinação para a profilaxia de doenças infecciosas imunopreveníveis no Estado de São Paulo, conforme a legislação vigente.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

A prestação do serviço de aplicação da vacina deverá iniciar em até 07 dias após a emissão da Ordem de Início de fornecimento e prestação de serviços emitida pelo Gestor, sendo realizada nos locais indicados nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior, conforme descrito no Anexo I-B.

O recebimento provisório será efetuado em até cinco dias úteis, contados a partir da entrega do relatório final de aplicação das vacinas.

O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, após a conferência detalhada da listagem de doses aplicadas em cada comarca/prédio.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

Para início das atividades de aplicação da vacina, a contratada deverá apresentar-se à equipe da Supervisão de Promoção de Programas de Bem-Estar e de Qualidade de Vida, em até 07 (sete) dias corridos da assinatura do Contrato, para que seja alinhado e definido o cronograma e início das atividades.

Endereço:

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SGP 5.3. Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde

SGP 5.3.2 Serviços de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida

Rua da Consolação, nº 1483, 6º andar - Consolação - CEP: 01301-100

Tel: (11) 2711-1814

Contatos: **Paula de Sousa e Castro,**

Anita Salvadori Randi

Tatiana Mizusaki

A prestação de serviço de aplicação da vacina deverá ser executada em até 180 dias,

com início em até 7 dias corridos da emissão de Ordem de Início, com a disponibilização da mão de obra especializada nos locais discriminados no termo de referência. A aplicação das vacinas deverá ocorrer no horário compreendido entre 9 (nove) e 17 (dezessete) horas.

O pagamento será em 30 dias da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, pela quantidade total de doses vacinas fornecidas e aplicadas, até o limite de 40.000 doses e aplicações, sendo distribuído em:

- 8.1 24.000 (vinte e quatro) mil doses e aplicação pagos na sua totalidade;
- 8.2 até 16.000 (dezesseis) mil doses e aplicação excedente pagos apenas na quantidade fornecida e aplicada, solicitadas pela Contratante.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

Não se aplica.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, critério de julgamento o de menor preço e o modo de disputa aberto.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

De acordo com o Ministério da Saúde, a Campanha Nacional de Vacinação contra a influenza, tem o objetivo de imunizar pelo menos 90% do público-alvo, que inclui crianças, idosos, gestantes e trabalhadores de diversas áreas. Posteriormente ao início da campanha, o imunizante passa a ser ofertado para a população geral.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem realizando a Campanha de vacinação contra a influenza, anualmente, desde 2007, com exceção do ano de 2021, por conta da pandemia pela COVID-19, para todos os Servidores e Magistrados do Tribunal de Justiça, com ampliação para trabalhadores terceirizados e estagiários. Nos últimos 06 (seis) anos foram aplicadas:

- 2018 – 24.299 doses
- 2019 – 27.194 doses
- 2020 – 24.485 doses
- 2022 – 24.216 doses

- 2023 – 25.579 doses
- 2024 – 23.103 doses
- 2025 – 24.750 doses

No ano de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo recebeu a doação do imunizante apenas em junho, quase 30 dias após o início da campanha nacional de imunização, e assim, muitos servidores já haviam se vacinado na rede pública ou particular.

No ano de 2025, foi realizada campanha com a vacina tetravalente, que contem as 4 (quatro) CEPAS principais dos vírus influenza circulantes mundialmente, e com o início da campanha precoce, com a vantagem da vacina tetravalente, oferecida somente na rede particular, aumentamos a adesão conforme dados acima.

Diante do exposto, considerando o quantitativo de vacinas aplicadas nas campanhas anteriores, ou seja, em média 24.000 doses, a proposta de iniciar a campanha de vacinação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo antes da rede pública e, ainda, oferecer a vacina tetravalente, justifica-se a contratação de:

11.1 24.000 (vinte e quatro) mil doses e aplicação de vacina tetravalente contra a gripe (influenza);

11.2 16.000 (dezesseis) mil doses e aplicações eventuais de vacina tetravalente contra a gripe (influenza), caso a procura exceda o quantitativo usual das campanhas anteriores.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

12.1. Levantamento de Mercado

12.1.1. Doses da vacina contra a gripe tetravalente

De acordo com o levantamento pela tabela CMED (Câmara de regulação do mercado de medicamentos) da ANVISA, os valores das doses de vacina contra a gripe, estão apresentados no quadro abaixo:

Vacina	Laboratório	Apresentação	Valor Unitário
FLUCELVAX TETRA	CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	sus inj ct ser preenc vd trans x 0,5 ml	64.82*
FLUARIX TETRA	GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA	sus inj im ct ser preenc vd trans x 0,5 ml + agu removível	46.82*
VAXIGRIP TETRA	SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.	sus inj ct 1 ser preenc vd trans x 0,5 ml	46.82*
INFLUVAC TETRA	ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA	sus inj ct ser long preenc vd trans c/ agu 16 mm x 0,5 ml	44.89*

* Valores referentes ao PMVG 18% (preço máximo de venda ao governo com

alíquota de 18%), referência dezembro de 2025.

Considerando os valores acima apresentado **o valor médio da dose de vacina contra a gripe é de R\$ 50,84.**

12.1.2. Gesto vacinal para aplicação de vacina contra a gripe

No ano de 2024, a empresa ganhadora do pregão para prestação de serviços do gesto vacinal, apresentou como **valor unitário para o gesto vacinal R\$ 22,50**, de acordo com os documentos do processo CPA 2024/95974.

No ano de 2025 a aquisição do Tribunal de Justiça foi da aplicação e do gesto vacinal conforme descrito abaixo.

12.1.3. Dose e aplicação da vacina contra a gripe

Foram consultadas contratações com outros órgãos públicos, conforme quadro abaixo:

Órgão	Valor Unitário
Superior Tribunal de Justiça (ID-PNCP: 00488478000102-1-000006/2026)	75,58
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (ID-PNCP: 92829100000143-1-000068/2025)	95,00
Auditorias da Justiça Militar - RS (ID-PNCP: 00497552001390-1-000013/2025)	115,00
Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina (ID-PNCP: 82894098000132-1-000066/2025)	73,00
Média	89,65

No exercício de 2025, a contratação foi efetivada pelo valor de R\$ 56,90 por fornecimento e dose aplicada (Contrato nº 000.117/2025 – IMUNIZAR).

Considerando a variação inflacionária pelo IPCA acumulado no período (5,17%), o valor estimado para 2026 é de R\$ 59,84 por dose, totalizando aproximadamente R\$ 1.436.160,00 para 24.000 doses. Ressalta-se que o índice poderá ser ajustado conforme o IPCA oficial do período contratual.

Na rede particular, não foi possível localizar os valores da vacina contra a gripe porque o imunizante ainda não está disponível para comercialização neste momento. Além disso, as redes privadas, como drogarias e clínicas, não disponibilizam consulta de preços referentes à temporada anterior, o que impede a obtenção dos valores praticados em anos passados.

12.1.4 Justificativa técnica

A aplicação da vacina tetravalente contra o vírus da influenza no Brasil em 2025 traz diversas vantagens, especialmente considerando o cenário epidemiológico e os benefícios de saúde pública:

12.1.5 Cobertura Ampliada

Tetravalente: Protege contra quatro cepas do vírus influenza: dois subtipos de influenza A (H1N1 e H3N2) e dois subtipos de influenza B (linhagens Victoria e Yamagata).

Trivalente: Protege contra três cepas: dois subtipos de influenza A (H1N1 e H3N2) e apenas uma linhagem de influenza B (geralmente Victoria ou Yamagata).

A vacina tetravalente protege contra quatro cepas do vírus da influenza: duas do tipo A (H1N1 e H3N2) e duas do tipo B (linhagens Victoria e Yamagata). Isso reduz o risco de infecção por diferentes variantes circulantes no país.

12.1.6 Redução de Casos Graves e Óbitos

A vacina tetravalente reduz o risco de contrair gripe causada por uma linhagem de influenza B que não está incluída na vacina trivalente. Isso é importante em anos em que as duas linhagens de influenza B circulam simultaneamente.

A influenza pode causar complicações graves, principalmente em grupos de risco como idosos, crianças, gestantes e pessoas com comorbidades. A vacinação diminui significativamente a incidência de internações e mortes associadas à doença.

12.1.7 Impacto Positivo no Sistema de Saúde

Ao prevenir casos graves e hospitalizações, a vacina contribui para aliviar a pressão sobre o sistema de saúde, permitindo maior disponibilidade de recursos para outras condições médicas.

12.1.8 Maior Eficácia Contra Cepas Circulantes

O uso da vacina tetravalente minimiza o risco de desajuste entre as cepas incluídas na vacina e aquelas efetivamente circulantes, garantindo uma proteção mais abrangente.

12.1.9 Redução de Absenteísmo e Custos Econômicos

A prevenção da influenza reduz faltas ao trabalho e à escola, promovendo maior produtividade e menos impactos econômicos associados a doenças e tratamentos.

12.1.10 Preparação para Possíveis Pandemias

A vacinação em massa cria uma base de imunidade coletiva mais robusta, importante para enfrentar possíveis mutações do vírus que possam representar riscos pandêmicos.

12.1.11 Facilidade de Administração

A vacina é geralmente bem tolerada e de aplicação única anual, o que simplifica campanhas de vacinação em larga escala.

12.1.12 Promoção da Saúde Pública

Ao vacinar um maior número de pessoas, especialmente em grupos prioritários, há um efeito de proteção indireta (imunidade coletiva), reduzindo a transmissão do vírus na comunidade.

Em 2026, com a continuidade da vacina tetravalente reforçamos a importância de estratégias preventivas contra doenças respiratórias e consolidam o Brasil como referência em imunização.

12.2 Justificativa Econômica

Considerando a vantagem de redução no índice de absenteísmo, a prevenção da influenza reduz faltas ao trabalho e à escola, promovendo maior produtividade e menos impactos econômicos associados a doenças e tratamentos. Desta maneira, a aquisição de uma vacina tetravalente e de empresa especializada em aplicação se torna mais vantajosa economicamente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo em vista não possuir equipe técnica própria (enfermeiros) suficiente para a campanha em todo o Estado.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que dentro do valor contratado estão contemplados todos os elementos necessários à execução do objeto — imunobiológicos (vacinas), insumos, profissionais técnicos qualificados, transporte de pessoal, transporte da vacina em veículo refrigerado, armazenamento adequado e aplicação supervisionada, estimou-se o valor da contratação tomando por base o contrato anterior (nº 000.117/2025 – IMUNIZAR), cujo valor unitário foi de **R\$ 56,90 por dose aplicada**.

Aplicando-se a variação inflacionária pelo **IPCA acumulado de 5,17%** (período abr/2025–mar/2026), o valor unitário estimado para 2026 é de **R\$ 59,84 por dose aplicada**.

Conforme a pesquisa de preços apresentada no item 12.1.3, com média de preços de R\$ 89,65, ajustando a média com o último contrato e esta pesquisa chegamos ao valor de **R\$ 74,74**.

Dessa forma, para a aplicação de **24.000 (vinte e quatro mil) doses da vacina quadrivalente contra a gripe**, destinadas a Magistrados, Servidores, Estagiários e Terceirizados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o **valor global estimado** é de **R\$ 1.793.760,00 (um milhão, setecentos e noventa e três mil e setecentos e sessenta reais)**. Podendo atingir até R\$ 2.989.600,00 (dois milhões, novecentos e

oitenta e nove mil e seiscentos reais), no caso de fornecimento integral de 40.000 doses, garantindo o pagamento mínimo de 24.000 doses.

Ressalta-se que o valor definitivo será confirmado pela **Diretoria de Licitações e Suprimentos**, conforme o resultado da pesquisa de preços atualizada, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Aquisição de vacinas tetravalentes contra a gripe (influenza) e aplicação das vacinas em Magistrados, servidores, estagiários, funcionários cedidos e terceirizados do Tribunal de Justiça de São Paulo.

As vacinas deverão cumprir o exigido pela Instrução Normativa da ANVISA nº 408 de 24 de novembro de 2025, que dispõe sobre a composição das vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil, e conter, obrigatoriamente:

- I Em se tratando de vacinas trivalentes, três tipos de cepas de vírus em combinação, sendo:
 - a) um vírus similar ao vírus influenza A/Victoria/4897/2022 (H1N1)pdm09;
 - b) um vírus similar ao vírus influenza A/Croatia/10136RV/2023 (H3N2); e
 - c) um vírus similar ao vírus influenza B/Austria/1359417/2021 (B/linhagem Victoria).
- II Em se tratando de vacinas quadrivalentes contendo dois tipos de cepas do vírus influenza B, o vírus adicional à composição descrita no item I.1 deste Anexo deve ser similar ao B/Phuket/3073/2013 (B/linhagem Yamagata).
- III Para vacinas não baseadas em ovos, ou seja, obtidas de cultura celular, proteínas recombinantes ou baseadas em ácidos nucleicos, a cepa do vírus A (H1N1)pdm09 deve ser um vírus similar ao A/Missouri/11/2025, a cepa A (H3N2) deve ser um vírus similar ao vírus A/Sydney/1359/2024, e a cepa B/linhagem Victoria deve ser um vírus similar ao vírus B/Austria/1359417/2021.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando o objeto da contratação, o fornecimento de doses de vacina e a prestação do serviço de aplicação previsto no certame, torna-se inviável a divisão do objeto a ser contratado, mormente para a garantia da uniformidade da prestação do serviço.

Esta opção promove o melhor meio de aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala.

E, considerando que:

- a) Há o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.
- b) A competição se dará na busca da empresa que atenderá as nossas necessidades, com o menor custo. Assim, teremos a desejada competição com a busca do menor preço e melhores serviços.
- c) A empresa contratada para o fornecimento da vacina irá assumir a responsabilidade pela aplicação das vacinas, garantindo que todos os procedimentos sejam seguidos corretamente;
- d) Evitar o risco de a licitação restar fracassada ou deserta em um dos itens, prejudicando, assim, o cronograma da campanha de vacinação de 2026;
- e) Evitar que o Tribunal de Justiça tenha estoque excedente de vacinas, no caso de a demanda ser inferior ao previsto.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O resultado pretendido com a aplicação da vacina tetravalente contra gripe será além de melhorar a condição de saúde, diminuir o absenteísmo e ausências decorrentes de infecções respiratórias, melhorando o ambiente de trabalho para Magistrados, Servidores, Estagiários, Funcionários Cedidos e Terceirizados que prestam serviços nas comarcas da Capital, da Grande São Paulo e do Interior do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para aplicação da vacina, é necessário que as Comarcas e os Prédios preparem um espaço físico com cadeiras e mesas para atender a equipe vacinadora. A preparação desse espaço físico é feita pelas administrações prediais, que são previamente comunicadas da data da campanha.

A empresa contratada para a aplicação das vacinas será a responsável pelo transporte e armazenamento das vacinas, conforme determinação do fabricante.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando o escopo do serviço de aplicação da vacina contra a gripe, a Contratada, deverá observar:

- 19.1. A proteção à segurança e saúde dos trabalhadores de saúde, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT.
- 19.2. Boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – ANVISA), realizando a separação adequada e segura dos resíduos comuns, como embalagens, caixas e papeis, dos resíduos contaminados e perfuro-cortantes.
- 19.3. A destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução nº 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA).
- 19.4. Otimizar o uso de insumos e minimizar desperdícios durante a vacinação.

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

Não aplicável.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

- 21.1. A participação de empresas em consórcio deverá levar em consideração a complexidade do objeto e as restrições de mercado que levam à impossibilidade de empresas participarem da licitação isoladamente para atender ao objeto da contratação, tornando a competição reservada a poucas empresas aptas a preencher as condições especiais da licitação.
- 21.2. Neste caso, considerando que o objeto a ser contratado não se enquadra na hipótese estabelecida no item 21.1, em razão de ser de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA (§§ 2º, 3º e 4º, art. 63, Lei 14.133/21)

Não haverá necessidade de vistoria ou visita técnica no local onde será prestado o serviço.

23. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2026/00002900

24. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

24.1. Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

Unidade solicitante	SGP 5.3 – Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde
Secretaria/Diretoria responsável	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP.
Gestor de Planejamento	Paula de Sousa e Castro – Coordenadora – Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde
Equipe de planejamento da contratação	Anita Salvadori Randi – Supervisora - Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida - SGP 5.3.2
Equipe técnica	Paula de Sousa e Castro – Coordenadora – Coordenadoria de Assistência e Promoção de Saúde Anita Salvadori Randi – Supervisora - Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida - SGP 5.3.2 Tatiana Mizusaki – Chefe de Seção Técnica Judiciário do Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida - SGP 5.3.2

24.2. Identificação dos servidores responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

Gestor do Contrato	Paula de Sousa e Castro — Coordenadora de Assistência e Promoção de Saúde
Suplente(s) do Gestor do Contrato	Tatiana Mizusaki – Chefe de Seção Técnica Judiciário do Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida - SGP 5.3.2

24.3. Identificação dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato:

- 24.3.1. Anita Salvadori Randi – Supervisora - Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida - SGP 5.3.2
- 24.3.2. Tatiana Mizusaki – Chefe de Seção Técnica Judiciário do Serviço de Promoção de Programas de Bem-estar e Qualidade de vida - SGP 5.3.2

25. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Diante do cenário do aumento de doenças infectocontagiosas no Brasil, como Gripe (H1N1), Covid-19, Dengue, Febre Amarela, chikungunya, entre outras, e pelas dimensões continentais de nosso país, considero que a participação de todas as instituições, públicas e privadas, vem ao encontro deste grande esforço dos setores de saúde (SUS) na diminuição e no impacto destas doenças na mortalidade e na morbidade da população, e na diminuição das internações e do absenteísmo do trabalhador.

E, considerando a importância dos cuidados da saúde de nossos servidores e magistrados, que coincidem com as boas práticas e políticas que sempre nortearam as nossas gestões presidenciais, avalio que é de extrema importância esta contratação e, concludo enfim, que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo será um grande exemplo para os outros Tribunais de Justiça Estaduais em suas políticas de saúde.

São Paulo, Assinatura eletrônica da equipe de planejamento da contratação